



ESTADO DE RORAIMA
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA GERAL LEGISLATIVA
DIRETORIA DE ATAS

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO NONAGÉSIMO PERÍODO LEGISLATIVO DA DÉCIMA
SEGUNDA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA/RR, REALIZADA
NO PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL – PARA TRATAR E ESCLARECER A
SOCIEDADE SOBRE A SITUAÇÃO DA ENERGIA ELÉTRICA EM BOA VISTA.

Às dez horas do dia vinte e nove de maio de dois mil e dezenove, no Plenário “**Estácio Pereira de Mello**”, sito na Avenida Ene Garcez, número novecentos e noventa e dois, na cidade de Boa Vista, capital de Roraima, realizou-se a **Audiência Pública** do Primeiro Período Legislativo de dois mil e dezenove da Décima Segunda Legislatura da Câmara Municipal de Boa Vista, sob a Presidência do senhor Vereador **ZÉLIO DOS SANTOS MOTA**, secretariado pelo senhor Vereador **NILVAN SOUZA DOS SANTOS**, e contou com a presença dos seguintes Vereadores: **Alan Sousa Andrade, Aline Maria de Menezes Rezende Chagas, Idazio Chagas de Lima, Ítalo Otávio Teixeira Pinto, José Francisco Lopes de Albuquerque, Linoberg Barbosa de Almeida, Magnólia de Sousa Monteiro Rocha, Manoel Neves de Macêdo, Mauricelio Fernandes de Melo, Mirian dos Reis Melo, Renato Andrade Queiroz e Rômulo Soares Amorim**. Mestre de Cerimônia – **Crisângela Santos** – deu início à Audiência Pública para “**Tratar e Esclarecer a Sociedade sobre a Situação da Energia Elétrica em Boa Vista**”, aprovada pelo Requerimento de N.º 033/2019, de autoria do Vereador Zélio Mota. Já compondo a Mesa dos Trabalhos: Presidente da Câmara Municipal de Boa Vista – Vereador **Mauricelio Fernandes**; o autor do Requerimento - Vereador **Zélio Mota**; Secretário Vereador **Nilvan Santos**; Diretor da Empresa Roraima Energia - **Rodrigo Moreira**; Presidente do Conselho Estadual das Cidades - **Ricardo Mattos**; Engenheiro da Secretaria Municipal do Meio Ambiente – **Paulo Roberto dos Santos** e; representando o PROCON Estadual – **Lindomar Peixoto**. Para tomar assento nos lugares de honra, convidou: Secretário Adjunto da Secretaria Municipal do Meio Ambiente - **Ícaro César Farias da Costa**; Secretário de Infraestrutura do Estado - **Lourenço Jean Ferreira**; representando a OAB/RR, Advogado - **Ronnie Brito**; Federação de Economia e Comércio de Roraima - FECOR- **Márcia Mota** e; Organização dos Ministros Evangélicos em Roraima - OMERR- **Hélton Sousa**. Em seguida, o senhor Presidente **Zélio**



ESTADO DE RORAIMA
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA GERAL LEGISLATIVA
DIRETORIA DE ATAS

Mota fez a Abertura dos Trabalhos. "Senhoras e senhores, bom dia e sob a proteção de Deus, declaro aberta esta Audiência Pública que tem como finalidade debater sobre '**esclarecimentos a sociedade sobre a situação da energia elétrica em Boa Vista**'. Solicitou ao senhor Secretário, Vereador **Nilvan Santos**, que fizesse a leitura do **Requerimento N.º 033/2019** que requer a realização da presente Audiência Pública. Em ato contínuo, o senhor **Presidente** – agradeceu a todos os convidados e demais presentes. Informou que o objetivo da audiência é esclarecer a sociedade sobre o problema da situação energética. Explicou, porém, que não desejavam culpar algum órgão ou pessoa, mas que possam obter informações para saber o que de fato está ocorrendo, uma vez que há muitos questionamentos sobre: tarifas, eletrodomésticos perdidos com as quedas de energia, entre outros; que também haverá esclarecimentos sobre a iluminação pública para saber qual a responsabilidade de cada órgão. Ressaltou que iriam fazer um relatório e encaminhar aos que compete a responsabilidade de resolver a matéria, pois com a falta de energia, setores como saúde, educação, comércio, enfim, praticamente todas as áreas são prejudicadas. Informou que a audiência transcorreria da seguinte forma: que o público poderia fazer perguntas dirigidas e escritas. Em seguida, o senhor **Secretário** iniciou a chamada dos convidados: **Ricardo Matos** - cumprimentou todos os presentes, e disse que o tema em questão é bastante discutido por todos. Explicou que os assuntos energia e iluminação pública estão diretamente ligados, mas são de responsabilidades de entes diferentes. Quanto aos bens que são perdidos na oscilação de energia, falou que ele mesmo perdeu alguns objetos, mas conseguiu ser resarcido em um processo, simples, então quando isso acontecer, as pessoas devem ir e tentar resolver, pois não é complicado. Salientou que para diminuir as perdas, fizeram umas tratativas com todas as ocupações que existem em Roraima, e este documento firmado entre a Roraima Energia e o Conselho Estadual das Cidades, está surtindo efeito, pois é direito do cidadão ter estrutura básica do Estado, como o fornecimento de energia, o que, inclusive, está previsto em Lei Federal. Ressaltou que a população deve aprender a usar os seus direitos, ir ao PROCON ou ir diretamente à Roraima Energia, para resolver os casos de perda de equipamentos. Sobre produção e distribuição, informou que o fator a ser discutido são as tarifas e como estas são



ESTADO DE RORAIMA
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA GERAL LEGISLATIVA
DIRETORIA DE ATAS

regularizadas pela ANEEL e, quanto à iluminação pública, que este serviço tem sido avaliado de forma positiva pela população, como já constatado nas reuniões do Conselho das Cidades; que pesquisando sobre a iluminação pública em Boa Vista, descobriu que é baseada em um plano francês para consumo de *kilowatts*, e há a Emenda Constitucional de 2002, que descreve no Art. 149, que o custeio do serviço de iluminação pode ser cobrado na conta de energia elétrica. Porém, atualmente não se cobra o consumo por *kilowatts*, mas por divisibilidade, que inclusive carece de revisão em função da verticalização, ou seja, devido a Condomínios, como o Vila Jardim e outros, pois isto está onerando o consumidor; que a situação já está em estudo para que haja justiça na cobrança a estes moradores como preconiza a Constituição. No que tange à tarifa social, que se trata de uma resolução da ANEEL, para aqueles que estão em um programa social. Finalizou dizendo que a importância desta audiência pública é chegar a resolutividade dos problemas, portanto é preciso encontrar os parceiros e fazer acontecer, trazendo resultados para a sociedade. Além disso, também é necessário haver campanhas que venham conscientizar a população dos seus direitos e deveres para que os municípios evitem o desperdício de energia e água. Agradeceu a todos e colocou-se à disposição pelo Conselho das Cidades e pelos sindicatos dos quais faz parte. **Rodrigo Moreira** – cumprimentou os presentes, e iniciou informando que o serviço de energia, agora privatizado, foi passado para esta nova gestão no final de dois mil e dezoito, e uma das primeiras ações que procuraram atender foi a regularização das áreas de interesse social, das ligações clandestinas, pois nelas há grandes prejuízos para a população, uma vez que já houve o registro de muitos acidentes, alguns inclusive, com morte; que após oito anos de muito desgaste, conseguiram regularizar, a área do Bairro Brigadeiro. Frisou que a regularização fundiária é um assunto a ser resolvido por todos, pois as pessoas já estão nestes locais e consomem energia de forma precária. Explicou que o papel da Roraima Energia é fornecer energia com segurança, o que está sendo feito, mas o fornecimento não dá direito as pessoas a tomarem posse da terra, e isto significa que se sair qualquer decisão judicial de reintegração de posse, a Roraima Energia irá retirar as instalações efetuadas. Apresentou como funciona a situação elétrica no Brasil, detalhando a distribuição dos órgãos dentro do Ministério de Minas e Energia, como por exemplo, o



**ESTADO DE RORAIMA
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA GERAL LEGISLATIVA
DIRETORIA DE ATAS**

Comitê de Monitoramento do Sistema Elétrico, o qual avalia tecnicamente as instalações das Empresas; que a Roraima Energia foi estudada e aprovada pelo referido Comitê, portanto, quem define o fornecimento, a geração de energia, é o Ministério de Minas e Energia, e não a distribuidora, esta apenas compra a energia que será repassada ao consumidor; que o monitoramento da ANEEL no Estado, é feito mensalmente e é com base nestas informações, que se estabelece a tarifa de energia para Roraima, cujo reajuste é anual e, tem como data base, o mês de novembro. Descreveu a hierarquia das geradoras, e detalhou como ocorre o sistema de distribuição de energia em Roraima. Explicou que este ano mudaram a forma de contratação e redirecionaram os investimentos para rede de distribuição; que os serviços nas ruas são feitos diariamente, e muitas vezes, para fazerem a manutenção e as melhorias, é necessário haver os desligamentos programados, dos quais a população é avisada antecipadamente. Ressaltou que no Bairro Cidade Satélite a população cresceu muito, onde, atualmente, residem quase 40 mil famílias. Diante disso, já irão construir uma subestação no referido bairro, inclusive já compraram um terreno, e até o fim do corrente ano a mesma estará pronta para atender a demanda e dar alívio às duas termoelétricas existentes. Salientou que fizeram um levantamento inicial, de quantas famílias ainda não possuem o atendimento de fornecimento de energia no Estado, e constataram que são cerca de 15 mil, sendo que a grande maioria está em comunidades indígenas, mas o objetivo é que nos próximos três anos todo o Estado de Roraima possua fornecimento de energia elétrica. Esclareceu que assumiram há pouco tempo a gestão da Hidrelétrica de Jatapu, que antes estava na responsabilidade do Governo do Estado para a conclusão das obras de ampliação. Fez um breve relato quanto ao suprimento de energia do Estado, informando que Roraima foi ligado com a Venezuela em 2001, quando a demanda girava em torno de 70 megawatts, a linha era de 200 megawatts, e a previsão era ter capacidade para atender nos próximos 20 anos, então operavam com capacidade acima do consumo, sem que houvesse problemas. Porém, Roraima está a 800 km da fonte principal, sendo que 600 km estão dentro do território da Venezuela, onde há três subestações. Seguiu relatando que nos últimos dezoito anos a carga em Boa Vista cresceu muito, e na parte brasileira, a Eletronorte fez investimento em todo equipamento, dando suporte para termos energia com



ESTADO DE RORAIMA
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA GERAL LEGISLATIVA
DIRETORIA DE ATAS

qualidade, mas do lado de lá não foi feita essa manutenção devido à crise econômica e social pela qual passa o país, o que significa que há muitos problemas no parque termoelétrico da Venezuela que não foram resolvidos, e desde 2010 o Governo decidiu que Roraima iria ter 60 *megawatts* de produção local; que a cada ano era reduzido o fornecimento de energia pelo país vizinho; que em 2013, o Ministério de Minas e Energia autorizou, e foram implantadas as usinas em Roraima com o intuito de haver essa capacidade de fornecimento, caso acontecesse um eventual desligamento total, o que de fato ocorreu no dia sete de março do corrente ano sem qualquer aviso prévio. Desde então, a Empresa passou a atender todo o mercado de Roraima por 24h. Com o impacto, eles tiveram que operar de maneira complementar, uma vez que o consumo era de 200 mil litros/dia, e a partir do dia sete, passaram a consumir um milhão de litros/dia de diesel. Tal situação implicou em rever toda a logística referente ao transporte do diesel de Manaus para o Estado, então precisaram fazer tratativas com o DNIT e a Polícia Rodoviária Federal, para que os caminhões transitassem 24h por dia. Explicou que as usinas foram projetadas para terem uma autonomia, e no caso de interrupção da BR 174, elas conseguem operar por até oito dias, no mínimo, sem reabastecimento. Ressaltou que a rotina das usinas mudou grandemente, pois antes, elas ficavam desligadas a maior parte do dia, mas agora as unidades geradoras estão funcionando o dia inteiro, e isso fez com que houvesse a necessidade de reavaliação. Apresentou, em *slides*, alguns dados sobre o consumo energético, os quais demonstraram que o consumo de energia é bem maior no período do verão, então eles tiveram que reavaliar as rotinas de manutenção para este novo período, caso contrário, teriam graves problemas. Continuou explicando que devido ao aumento no consumo em determinados dias, precisaram fazer cortes de carga seletivos, para evitar um colapso na rede, porém a medida não será para sempre, uma vez que o problema foi levado aos acionistas, e quando retornar o período quente, a questão talvez já esteja resolvida. Afirmou que a solução estruturante para o Estado é, sem dúvidas, a interligação com o Sistema Nacional de Energia, inclusive o Governo Federal tem divulgado que o linhão vai estar com o licenciamento concluído até setembro, e que irão iniciar as obras no segundo semestre de 2019; que para solucionar este problema até a conclusão da obra, o Ministério



ESTADO DE RORAIMA
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA GERAL LEGISLATIVA
DIRETORIA DE ATAS

de Minas e Energia lançou o leilão de energias renováveis, o qual ocorrerá até o fim do corrente mês, com previsão de que as empresas vencedoras tenham um prazo de início de entrega até 2021. Ressaltou, contudo, que em Roraima, mesmo que haja a energia renovável, ainda precisarão da termoelétrica, até a ligação ao Sistema Nacional. Frisou que a política nacional para sistema isolado de energia, como é o caso de Roraima, estabelece que o consumidor pague de acordo com o custo de produção de energia, e o cálculo é feito na média do custo do sistema interligado nacional; que este custo é menor, porque a base do sistema de produção nacional são as hidrelétricas, e em Roraima o consumidor paga apenas 23% do custo efetivo total que utiliza, portanto, aqui no Estado se paga o equivalente médio do que é pago em todo o Brasil, e a diferença dos custos do que é pago no Estado, quem paga são todos os consumidores do Brasil. Então, se a geração de energia de Roraima se dá por térmica, por energia de Guri, ou se for interligada com Manaus, não terá impacto na tarifa, uma vez que a ANEEL reavalia tudo isso e reparte o custo adicional com o consumidor do Brasil. Esclareceu que são os deputados e senadores que devem reavaliar a política tributária da conta de energia, pois na conta de energia são pagos 17% de tributos, 3% de encargos, e a distribuidora fica com 25% do que é cobrado na conta, para assim executar todos os investimentos na rede, operar, manter, e para a folha de pagamento, entre outros; que 55% é a parcela que a ANEEL estabelece que o consumidor de Roraima vai pagar, cujo valor será repassado para o custeio da produção de energia. Explicou que na conta de energia pode-se verificar se houve alteração na tarifa, mas irão constatar que não houve; que tiveram uma reunião com o Ministério Público, e estão trabalhando para aprimorar a conta e deixar as informações mais claras, mas se a população visualizar qualquer problema nas linhas que comunique a Roraima Energia para evitar novos problemas. Agradeceu a oportunidade e se colocou à disposição para responder as perguntas. **Paulo Roberto dos Santos** – agradeceu pelo convite, e explicou como se dá a cobrança da conta de energia. Disse que a iluminação pública é essencial para qualidade de vida nas cidades, para a segurança e comodidade das pessoas. Seguiu explicando acerca do cálculo do custeio de iluminação pública, o qual é feito de acordo com a Lei N.º 1.223, de 29 de dezembro de 2009, aprovada pela Casa; que o valor da tarifa de energia para

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'N' or 'NR'.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'NR'.



ESTADO DE RORAIMA
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA GERAL LEGISLATIVA
DIRETORIA DE ATAS

iluminação pública é regulamentada pela ANEEL, através da Resolução N.º 2479 de 2018; que este valor é repassado para a Roraima Energia, a qual repassa para a Prefeitura, que utiliza a fórmula para fazer o cálculo. Então, se houver reajuste na tarifa de energia, já incidirá sobre a iluminação pública; que ainda há um custeio anual para quem tem terreno, o qual é pago junto com o IPTU. Quanto à contribuição diferenciada, CIP social, quem tem direito deve ter cadastro único, NIS, ou ser beneficiário do programa bolsa família. Citou algumas obras que foram feitas já com o custeio de iluminação pública e explicou como é feita a manutenção; que os municíipes podem comunicar alguma anormalidade, através da central 156. Ressaltou que todo o recurso de iluminação pública é gasto com iluminação pública e que o restante dos recursos é usado para investimentos. Agradeceu. Vereador **Ítalo Otávio** – informou que no ano passado foi aprovada na Câmara Municipal, uma Lei, que torna as pessoas de baixa renda, automaticamente já incluídas na contribuição diferenciada, porém os órgãos da Prefeitura devem ter o entendimento que precisam de um banco de dados que realize esse trabalho, porque assim não será necessário fazer esta campanha de cadastro. Fez a leitura do artigo que concede a inclusão automática das pessoas de baixa renda na tarifa diferenciada da taxa de iluminação pública e ressaltou que este foi um avanço da Casa. **Engenheiro Paulo** - explicou que considera justo que todos que têm uma necessidade social, recebam este benefício, e se a informação chegar até eles, com certeza irão incluir estas pessoas automaticamente; que não tinha conhecimento dos novos artigos, mas chegando até eles podem incluir, sim, as pessoas de baixa renda, automaticamente. **Lindomar Peixoto** - cumprimentou todos os membros da Mesa Diretiva e demais presentes e, disse que prestou atenção em todas as explanações feitas. Destacou que o PROCON estadual está fazendo tudo o que compete à matéria consumerista, mas com relação a taxas e tarifas cabe a Câmara de Boa Vista, modificá-las, através de Projeto de Lei, dentro do que regulamenta a Resolução da ANEEL; que o PROCON estadual atende diariamente cerca de 30 consumidores; que alguns desses trouxeram reclamações quanto à queda de energia, queima de aparelho, valores que o consumidor considera injustos, reajustes, mas que conferiram e, realmente, o último reajuste ocorreu em novembro de 2018, cujo valor foi de trinta e oito reais e cinquenta centavos e, este reajuste, ocorre



ESTADO DE RORAIMA
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA GERAL LEGISLATIVA
DIRETORIA DE ATAS

anualmente. Porém, não concordam com o percentual, pois Roraima tem a economia diferente do restante do país, e a ANEEL regulamenta tudo isso de forma igual, não levando em consideração a tipicidade do Estado; que encaminharam uma notificação à Roraima Energia, solicitando informações quanto às quedas de energia; que receberam o relatório da referida Empresa com as informações e, este foi encaminhado ao setor de fiscalização do PROCON, o qual emitiu um parecer, lido ontem na audiência pública de mesmo tema, na Assembleia Legislativa. Salientou que o consumidor não tem culpa de qualquer tipo de manutenção executada pela Roraima Energia, isto tem amparo no Código de Defesa do Consumidor, e irão atuar dentro desses artigos, pois no entendimento do PROCON, a Roraima Energia deveria ter equipamentos suficientes para repor na hora da manutenção; que a fiscalização da ANEEL esteve em Roraima para avaliar e testar as usinas termoelétricas, e foi comprovada a sua capacidade de atendimento a todo o mercado local. Portanto, é a Roraima Energia que deve assumir todo o ônus da energia no Estado de Roraima, bem como garantir a qualidade dos serviços essenciais contínuos, conforme preconiza a Lei nos artigos 6 e 22. Seguiu dizendo que o setor de fiscalização foi bem claro no parecer, que será encaminhado ao Conselho Estadual de Defesa do Consumidor, o qual decidirá e aplicará a sanção administrativa e multa, se forem comprovados estes descumprimentos do Código de Defesa do Consumidor. Parabenizou a iniciativa do Vereador Zélio Mota e encerrou. Neste momento, o Presidente **Zélio Mota** – leu as perguntas feitas pelas redes sociais: **Francisco Artur** – questionou se a contagem da energia é feita de acordo com a leitura do contador ou se fazem uma média do consumo. **Rodrigo Moreira** – respondeu que é feita uma leitura mensal que pode variar entre 27 e 33 dias, contudo se houver impedimento de o leiturista acessar o medidor na propriedade, aí a cobrança é feita por média de consumo, mas farão a leitura quando houver possibilidade. **Marinha Maciel** – disse que de acordo com matéria que circula na mídia, a Agência Nacional de Energia Elétrica é obrigada a compensar o serviço quando há descontinuidade; perguntou como funciona esse serviço. **Rodrigo Moreira** – respondeu que neste processo de privatização, a ANEEL estabeleceu que a concessionaria calculasse a possível compensação, e então ela pode ou compensar o consumidor ou reinvestir no sistema; que a



ESTADO DE RORAIMA
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA GERAL LEGISLATIVA
DIRETORIA DE ATAS

então Eletrobrás decidiu reinvestir no sistema e, que talvez o consumidor não se agrade dessa medida, só que a compensação de energia é muito irrigária, pois se calcula apenas o período em que a energia ficou desligada, mas que agora o consumidor poderá ser consultado sobre a melhor forma de compensação, e poderão reconsiderar. **Nerli Silva** - quis saber se há diferença na tarifa de consumo para área rural e para área urbana. **Rodrigo Moreira** - respondeu que existem, sim, as classes de consumo diferenciadas, e para o consumidor rural há um subsídio, mas qualquer desconto concedido, os outros consumidores pagam a compensação deste desconto por definição da ANEEL. **Francisca Maria da Silva** - perguntou o porquê do aumento abusivo. **Presidente** - explicou que não iria ler todas as perguntas, mas que todas elas seriam encaminhadas aos responsáveis, e incluídas no relatório da audiência pública. **Max Morais** - perguntou se os vereadores sabem fazer o cálculo da taxa de iluminação pública; que houve um aumento de quase 100% de uma hora para outra; que a Empresa deveria avisar antecipadamente, para a população se planejar; que deve haver transparência e deveria haver uma melhor divulgação desses aumentos, por parte da Roraima Energia e também da Prefeitura. Acrescentou que é empresário e já perdeu vários equipamentos por conta das quedas de energia, e não houve ressarcimento. Presidente **Zélio Mota** - disse que a Câmara Municipal iria fazer, juntamente com a Roraima Energia, um informativo passo a passo para propagar as informações necessárias de como se dá o ressarcimento de equipamentos por quedas de energia, e também com informações sobre a iluminação pública. **Ronie Brito** - cumprimentou todos os presentes e disse que a energia elétrica pode ser considerada um direito fundamental do cidadão; em razão disso, hoje temos 104 distribuidoras de energia elétrica em todo o Brasil; que Roraima era um dos estados que tinha a menor tarifa de energia em todo o país, e agora com os reiterados aumentos desde 2015, já é a 15ª tarifa mais cara de todo o país, e no *ranking* de qualidade, Roraima está em último lugar. Explicou que o Código de Defesa do Consumidor, no Artigo 39, inciso dez, descreve que para haver o aumento na produção ou prestação do serviço tem que haver uma causa justa, então questionou se ocupando o último lugar como pequena distribuidora, e sendo a 15ª tarifa mais cara do Brasil, se existe causa justa para estes reiterados aumentos na tarifa elétrica



ESTADO DE RORAIMA
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA GERAL LEGISLATIVA
DIRETORIA DE ATAS

em Roraima. **Rodrigo Moreira**.- disse que realmente é uma indagação a ser levada para ANEEL, mas sempre lembrando de separar o problema de fornecimento que Roraima tem, pois a falta de energia que ocorreu nos últimos meses foram de fontes de suprimentos, não tem haver com *ranking*, mas é um questionamento a ser colocado, e cabe aos legisladores (Câmaras e Assembleias) rediscutirem a política nacional no estabelecimento de tarifas no fornecimento de energia. Presidente **Zélio Mota** - agradeceu a todos pela presença, e lembrou que o assunto em questão é muito delicado; que é um momento muito importante para a sociedade, em função das muitas crises pelas quais temos passado, inclusive a energética, e embora este não seja um tema de competência desta Casa Legislativa, a Câmara convocou a população para tratar de um tema que afeta toda a população; que desta audiência sairão informações importantes para que todos ficarem sabendo de fato como funciona o sistema energético; que aqui foi informado que se trata de regulamentação federal, então devemos cobrar dos Deputados Federais e Senadores. Considerou que deveria haver controle social para tarifação de energia também, e devem cobrar dos que estão em Brasília. Dessa maneira, será feito um relatório com todos os pontos discutidos nesta audiência, que encaminhado a todos os parlamentares, à ANEEL, ao Ministério de Minas e Energia, e à sociedade de modo geral. Destacou, ainda, que no que tange a dar publicidade sobre a forma de como adquirir a iluminação pública social, esta Câmara Municipal irá colaborar levando informação à população. Vereador **Nilvan Santos** – opinou que uma vez assumido o compromisso de fazer a distribuição de energia para o Estado, a Roraima Energia deve ser responsabilizada, pois sabe, como empresa, que não quer perder dinheiro, assim como os pequenos empresários e mercadistas do Estado, então que tentem sanar o mais breve possível esta situação energética, para que não haja mais perdas, como foi citado. Agradeceu a todos que vieram e aos que participaram pelas redes sociais também. Encerrou dizendo que, enquanto Câmara, estarão cobrando e conferindo as contas de energia. Vereador **Linoberg Almeida** – informou que há, sim, pontos importantes da audiência pública que são de competência municipal, embora algumas pessoas tenham dito que não, como: a iluminação pública, o código tributário e a fórmula de cálculo da iluminação pública, à qual considera que talvez seja uma das coisas mais injustas na cidade,

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'W' or 'WV'.



ESTADO DE RORAIMA
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA GERAL LEGISLATIVA
DIRETORIA DE ATAS

principalmente porque não se consegue entender como ele é feito. Ressaltou que sempre foi bem recebido na Roraima Energia, mas duvida que o cidadão comum vá lá e entenda essa fórmula. Salientou que estas questões de definição de testada, de condomínios, de ser cobrada a taxa de iluminação pública de cada apartamento, tudo pode ser revisto, e estas coisas competem ao Município, portanto é papel do vereador, então enquanto não se consegue convencer Governo Federal, nem ANEEL de reajustar as outras taxações, podem rever isto; sugeriu, por exemplo, que o fator urbanização entre como elemento na fórmula de calcular a cobrança da energia, modificando o que é de 2009 para 2019, ou seja, dentro da realidade da cidade; que investir em energia renovável também pode ser uma escolha do município, e as opções das prioridades de onde usar a energia solar na cidade, poderiam ser prioridade da gestão municipal; que é importante esclarecer para a sociedade como se dá a energia nos pontos de ônibus, na iluminação pública, explicar como a energia solar é usada nestes equipamentos públicos e, como podem atualizar o uso do cálculo desta fórmula para contribuição de energia de iluminação pública de uma maneira mais prática e fácil, de modo que seja compreendida por toda a sociedade, e este peso possa ser melhor distribuído sobre o cidadão, e também atualizar o código tributário, pois é importante considerar as diferenças sociais das áreas de Boa Vista, no sentido de que haja uma cobrança mais justa; que isso é competência do vereador e nisto poderiam trabalhar melhor. Encerrou, e agradeceu. **Renato Queiroz** – parabenizou o senhor Rodrigo Moreira pela transparência nas informações. Seguiu explicando que Roraima vive um problema de energia que é digno de toda revolta e insatisfação da população como foi exposto. Porém, frisou que devemos entender o que ocasiona essa cobrança de energia alta, pois o problema energético em Roraima se divide em vários fatores, e a questão da tarifa é um deles, e cabe ao âmbito federal resolver, que são os deputados e senadores. Concordou que deve, sim, melhorar a qualidade no serviço oferecido, assim como melhorar os canais de comunicação e informação sobre os direitos no caso de perda de equipamento, os quais devem ser facilitados e revistos; que entendeu o problema, então agora criticará sabendo o que deve ser criticado, e vai torcer para que chegue a solução; que nos discursos falaram que Roraima é a “menina dos olhos” do Brasil, mas na prática não se vê ação. Encerrou



ESTADO DE RORAIMA
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA GERAL LEGISLATIVA
DIRETORIA DE ATAS

dizendo que cabe às autoridades de nível federal, resolver este e outros problemas estruturais e, embora seja papel desta Casa Legislativa, questionar e expor os problemas, nem sempre caberá a Câmara Municipal, resolvê-los. Agradeceu. Vereador **Mauricelio Fernandes** - agradeceu a todos pela presença, disse que ouviu atentamente, e concorda com o representante da OAB, que temos que rever e melhorar a qualidade de fornecimento ideal, e cobrar para que isto aconteça. Agradeceu a presença do Diretor da Roraima Energia, Rodrigo Moreira, pela atenção e esclarecimentos e, frisou que teremos energia de melhor qualidade apenas quando estivermos ligados ao restante do país, e isso é competência dos representantes federais; que já tínhamos a consciência de que não poderíamos depender para sempre da energia da Venezuela, mas podemos cobrar a redução da tarifa e a interligação com o sistema nacional, pois a energia de termoelétricas custa caro. Lembrou que Boa Vista já viveu um caos energético pior, mas se não melhorarem as condições de fornecimento, a situação irá ficar ainda pior. Concordou com os questionamentos, mas que tudo dependerá dos representantes na esfera federal, para resolver a questão. Vereador **Ítalo Otávio** – disse entender que o senhor Rodrigo Moreira tem muita vontade de acertar a questão do fornecimento, mas quando se trata de energia, também está se falando de saúde, educação, emprego, renda, agropecuária, internet, entre outras coisas; que todos os serviços públicos só conseguem funcionar bem com energia, e o serviço está de péssima qualidade; que devem provocar a melhoria de fornecimento de energia no Estado, e irá fazer os requerimentos para pedir a restituição dos seus aparelhos queimados, mas fará isso para provocar a melhoria do sistema de energia do Estado que está realmente defasado. Finalizou dizendo que se na capital está assim, no interior pode ser que esteja ainda pior. Agradeceu. Vereadora **Magnólia Rocha** - cumprimentou todos os presentes, e agradeceu as explanações feitas; concordou com a fala do Vereador Linoberg sobre as moradias verticais como no Condomínio Vila Jardim, pois não considera justa a forma que é feita a cobrança nesta situação das testadas; que devem observar o que os vereadores podem fazer para tornar mais justa esta cobrança; que desejava ter informações sobre as solicitações de energia feitas para os Bairros Jardim das Copaíbas e João de Barro. Ressaltou que a audiência pública é um espaço para discussão, e também para ouvir

Two handwritten signatures are present at the bottom right of the page. The first signature is in blue ink and appears to be a cursive 'H'. The second signature is in blue ink and appears to be a stylized 'M' or 'W'.



ESTADO DE RORAIMA
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA GERAL LEGISLATIVA
DIRETORIA DE ATAS

a sociedade. Lamentou a ausência dos municípios, pois a população precisa participar, porque saberão qual a vontade do povo, e poderão cobrar a resolução dos problemas. Agradeceu. **Ricardo Mattos** - respondeu que a iluminação chegaria ao João de Barro, em doze quadras, nos próximos quinze dias, e o Jardim das Copaíbas já estava iluminado. Vereador **Pastor Jorge** - desculpou-se por não estar presente desde o início, pois estava participando de outra audiência pública. Informou que enviou cartas para deputados federais e senadores para que estes se atentassem ao problema de fornecimento de energia e, além disso, tem esperança que o Presidente da República resolva logo esta situação da hidrelétrica de Tucuruí. Em seguida, perguntou ao Diretor da Roraima Energia, quem é o dono da Empresa e; qual a razão do aumento excessivo nas contas, uma vez que a maioria das pessoas justifica que consumiu a mesma quantidade de energia. **Rodrigo Oliveira** - em resposta ao Vereador Pastor Jorge, disse que a compra da Roraima Energia foi adquirida em um leilão, por um consórcio do Grupo Oliveira com o Grupo Atem; que o leilão foi conduzido pelo Governo Federal, através do BNDES, e que o valor de cinquenta mil foi um simbólico, ou seja, a Empresa foi adquirida por cinquenta mil, e mais novecentos milhões de dívidas com a Eletronorte, a Eletrobrás e outros fornecedores. Sobre a quantidade de Diesel, informou que a quantidade consumida ao dia era de 200mil litros, mas a partir do dia sete de março do corrente ano, as usinas foram acionadas, funcionando por 24h, e o consumo passou a um milhão de litros ao dia. Continuou dizendo que a Empresa está passando por reestruturação e avaliando todos os processos que vêm do Governo Federal, bem como mudando os modelos internos de processo para fazer melhorias. Quanto ao aumento, disse que a definição de preço é feita pela ANEEL em novembro de cada ano, e o próximo reajuste será em novembro de 2019, mas sobre as alterações que ocorreram nas contas, disse que os aumentos foram relativos ao consumo e não a reajustes da tarifa de energia, mas que iria deixar a apresentação disponível, com todos os dados, para o vereador, e qualquer esclarecimento que este precisasse, estaria disponível. Vereador **Pastor Jorge** - frisou que infelizmente só poderia dizer para os municípios que não irá melhorar nada, e que a tendência ainda será de aumento, até que venha a energia de Tucuruí. Salientou que estão vivendo esta crise na energia elétrica pela irresponsabilidade de antigos senadores e



ESTADO DE RORAIMA
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA GERAL LEGISLATIVA
DIRETORIA DE ATAS

deputados, os quais tinham conhecimento da questão e não fizeram nada. **Ricardo Mattos** – ressaltou que a Câmara está fazendo o que cabe a ela, e que costuma acompanhar os vereadores nas visitas aos órgãos públicos em busca de soluções para a cidade; que o faz sem nenhum retorno econômico, pois é Presidente do Conselho da Cidade, e também representa o segmento empresarial. Lamentou a pouca participação popular na presente audiência, embora na internet e nas redes sociais em geral, o assunto em questão esteja sempre em pauta. Opinou que não basta apenas levantar o problema; é preciso buscar a solução; que esta Casa, mais uma vez, demonstrou sua capacidade em realizar o seu papel, e com certeza fará um relatório com as propostas aqui levantadas, bem como irá buscar maneiras de resolver o problema ora apresentado; que há informações em todos os sites, da CAER, Roraima Energia e OI, sobre os direitos e deveres que o consumidor possui, e atualmente as pessoas estão muito *antenadas* na internet; portanto, devem sair da zona de conforto, informar-se e brigar pelos seus direitos. Externou todo o seu respeito pelos vinte e um vereadores da Casa e encerrou. Presidente **Zélio Mota** - agradeceu a toda equipe envolvida na realização desta audiência, bem como a todos os presentes que colaboraram com o debate, e disse que a audiência existe para promover uma discussão entre a sociedade e os atores responsáveis pela temática, sempre com o intuito de trazer a informação correta, e verificar quais os meios de ajudar a população. Informou que iriam fazer um relatório com as informações levantadas, o qual seria levado aos órgãos competentes; que os assuntos foram tratados com seriedade, e respeita a Câmara Municipal, com o papel que lhe cabe. Explicou que na audiência houve muitos esclarecimentos e iriam formar sua opinião sobre como de fato se dá a energia elétrica, no que tange à legislação, produção, distribuição e cobrança. Salientou que irão cobrar dos atuais parlamentares federais, mais ação sobre este problema, e esclareceu que se Roraima atualmente possui esta termoelétrica, foi pela atuação do ex-Senador Romero Jucá. Contudo, há ainda problemas a serem enfrentados, uma vez que a qualidade da energia precisa melhorar e, os consumidores não estão satisfeitos. Por fim, afirmou que devem respeitar as leis e viver de forma ordenada; que acredita na Câmara, nos vereadores e na política brasileira. Convidou todos para uma foto oficial. Não havendo mais nada a tratar, o



ESTADO DE RORAIMA
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA GERAL LEGISLATIVA
DIRETORIA DE ATAS

senhor **Presidente** agradeceu a todos pela presença e declarou encerrada a Audiência Pública às treze horas e sete minutos. Plenário “**Estácio Pereira de Mello**”, Boa Vista/RR, vinte e nove de maio de dois mil e dezenove. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.



Zélio dos Santos Mota
Presidente



Nilvan Souza dos Santos
Secretário